

***A experientia* como fator de conhecimento: a pessoa na psicologia-filosófica aristotélico-tomista da Companhia de Jesus (séc. XVI-XVII)**

The *experientia* as a factor of knowledge: the person in the Aristotelic-Thomist philosophical psychology of the Society of Jesus (XVI-XVII centuries).

*Paulo Roberto de Andrada Pacheco*¹

Resumo:

Em que medida a *experientia* pode ser considerada fator de conhecimento? Partindo da análise de um tipo de correspondência epistolar jesuítica – as chamadas *Litterae Indipetae* –, produzidas entre os séculos XVI e XVII, vimos evidenciar-se um dinamismo de elaboração da própria experiência revelador de um *modus vivendi* fundado no que comumente é designado sob o nome de psicologia-filosófica aristotélico-tomista. Esse vivido, tal como é elaborado e descrito nessas cartas, permitiu-nos identificar, além da função cognoscitiva da *experientia*, a noção de homem que está na base desse dinamismo: parte-se do pressuposto da unidade (corpo e alma, razão e fé, sensação e intelecção) e de que, vivendo ordenado (em si mesmo e no mundo que o circunda), realiza-se o seu ser por analogia ao Ser Divino.

Palavras-chave: experiência; psicologia-filosófica aristotélico-tomista; Companhia de Jesus; *Litterae Indipetae*.

Abstract: To what extent the *experientia* can be considered a factor of knowledge? Going from the analysis of a type of Jesuitical epistolary correspondence – the called *Litterae Indipetae* –, produced between 16th and 17th centuries, we saw the evidence of a dynamism of the own experience's elaboration that reveals a *modus vivendi* founded on that is commonly designed by the name of Aristotelic-Thomist philosophical psychology. This experience, as is elaborated and described on these letters, allowed us identify, beyond the cognoscitive function of the *experientia*, the notion of man that is on the basis of this dynamism: goes from the assumption of the unity (body and soul, reason and faith, feeling and intellection) and that, living ordained (on himself and in the world that surrounds him), its being accomplishes by analogy to the Divine Being.

Keywords: experience; Aristotelic-Thomist philosophical psychology; Society of Jesus; *Litterae Indipetae*.

¹ Doutor em Psicologia pela USP (Ribeirão Preto – SP); Pesquisa de pós-doutorado na UNICAMP.

A *experientia* como fator de conhecimento: a pessoa na psicologia-filosófica aristotélico-tomista da Companhia de Jesus (séc. XVI-XVII) [1]

1) É possível que a *experientia* seja um fator de conhecimento? Se sim, em que circunstância? Sobre que objeto se debruçaria? Sobre que fundamento se sustentaria? Que visão de homem estaria na base de uma tal concepção? Vários caminhos podem ser percorridos a partir destas perguntas. Gostaria que me acompanhásseis pelas sendas da história, no rumo de uma forma de apreensão da realidade que está na base da constituição da cultura luso-brasileira.

Interessado pela história da psicologia e pela epistemologia, deparei, há alguns anos, com uma série de documentos da Antiga Companhia de Jesus que chamou minha atenção pelo conteúdo de elaboração da experiência presente (cf. PACHECO, 2004a e 2004b). Tratava-se das assim chamadas *Litterae Indipetae*, que vinham sendo objeto de um estudo realizado pela Profª. Dra. Marina Massimi (cf. MASSIMI & PRUDENTE, 2002). Eram cartas nas quais jovens jesuítas dos séculos XVI e XVII solicitavam ao Padre Geral da Companhia de Jesus o envio em missão nas “Índias”. Nelas, o pesquisador interessado poderá encontrar exemplos das modalidades de elaboração da experiência pessoal no que diz respeito ao processo eletivo em que eram educados os jesuítas; além de dados sobre o *indipetente* (como idade, escolaridade, atividade que exercia na Ordem etc.); bem como conteúdos edificantes próprios do gênero de documento que são.



Sinete da Companhia de Jesus

2) Tal como é empregado entre os jesuítas, o termo *experientia* deve ser entendido a partir de um complexo feixe de influências: além da assumida posição filosófica aristotélico-tomista, é preciso dizer que parece existir uma influência agostiniana. E, para além do aspecto puramente filosófico, quando se fala de *experientia* na Companhia de Jesus, se está tratando com uma categoria que também pertence ao universo da regulação tanto espiritual e corporal quanto jurídica e institucional.

Dizer *experientia* nesse âmbito histórico-cultural e institucionalmente definido pode ser bem ilustrado ao ler o que o padre jesuíta Alexandre de Gusmão (1629-1724) escreveu no prólogo de sua obra *Eleyçam entre o bem e o mal eterno*:

Se fosse consideravel hum homem tão simples ou tão ignorante, que duvidasse, se o fogo queymava, y a agua esfriava, este tal, com nenhuma outra razão se poderia desenganar melhor, que com a experiência, pondo huma mão no fogo e outra na agua. Logo se desenganaria, e veria por experiência, que o fogo queymava e a agua esfriava.

Pois has de saber, que destes homens ha muytos neste mundo, e sempre os houve. Não fallo dos Atheistas, os Epicureos, que da outra vida nada curão; fallo dos christãos, que sabendo, e confessando que ha Ceo para bons e Inferno para maos, vivem como se ignorassem, que o fogo do Inferno queymava e a agua do Ceo refugiava. Estes tais, de ordinario se não desenganam nesta vida, até que na outra fazem a experiencia, que o Santo Job diz se costuma fazer no Inferno, que he passar da agua de neve para o calor do fogo. Então com seu mal eterno experimentão, quanto queyma aquelle fogo, e quanto esfria aquella agua. O que importa logo, he fazer nesta vida a experiência que o Espirito Santo nos manda fazer, pelo Ecclesiastico (GUSMÃO, 1720, s/p).

Mas vejamos como o termo aparece nas *Indipetae*. Nelas lemos, por exemplo, em carta enviada em 02 de maio de 1583, pelo Irmão Coadjutor Seraphin Bonaventura Coçar:

Pero en semejante caso *experimento* (...) que ades hora me da de vero Dios Nuestro Señor un desseo fervoroso, que como luz del cielo deshaze en mi alma aquellas tinieblas y razones, dexandome muy consolado, y con tal alegria, que me parece bastante para arrostrar a qualquiera dificultad y trabajo que por entonces se me podria ofrecer, y de hecho se me haze todo suave [ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 4 (grifo nosso)].

Joan Sotalell, de Gandía, no dia 20 de maio de 1603, escreve também: “Tengo *experimentado* que muchas vezes, quando alguna tentacion, o otra cosa alguna me aflige, el medio para vencella, es pensar (...) yr a las Indias (...), y siento despues grande consuelo y facilidad en haser lo que antes me parecia muy pesado” [ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 338 (grifo nosso)]. Ou Gabriel Mayo que, um ano depois (10/03/1604), escreve dizendo que “juntamente al desseo (...) *experimento* facilidad grandissima para todos los trabajos de corazon, que me paracer en comparacion de aquellos, muy pequeños” [ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 379 (grifo nosso)]. Também Juan Bravo diz:

experimentar muy a la clara que este desseo que me ha dado Nuestro Señor hasta agora ha sido como una lima con la qual gran parte de mys imperfecciones han desaparecido, y mejorandose my vida notablemente fruto que es argumento claro de que es raiz divina la de donde mana [ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 329 (grifo nosso)].

A categoria *experiência*, nesses trechos, é colocada ao lado de expressões tais como “Dios Nuestro Señor”, “alma”, “consolado”, “trabajos”, “tentaciones”, “desseo”. Como é possível uma *experiência* de Deus? Como é possível conhecer desejos, tentações ou a si mesmo e sua alma a partir da *experiência*? Como o trabalho e a realidade cotidiana e objetiva podem ser lugar de uma *experiência*?

Experientia, podemos dizer de forma resumida, é um modo de conhecer que não se dá simplesmente *per modum cogitandi* ou somente *per modum operandi*. A experiência, assim dada a entender, deve ser compreendida como o conhecimento que se adquire após a ação e todas as potências de alma nela envolvidas e o precedente (e/ou consecutivo) cogitar com suas devidas implicações anímicas. Sabendo-se que o “agir” do homem – seu operar, seu proceder – só se dá na medida em que seja “para conseguir a coisa desejada intencionada” (AQUINO, 1273/1947, p. 166), vê-se uma importante diferença para o que se possa descrever como ação contemporaneamente: não se trata do simples movimento verificado apenas externamente – um “comportamento” –, mas da conjugação de uma série longa de fatores, tais como a intencionalidade, que só nasce se forem considerados a vontade e o intelecto, os apetites e as faculdades da alma sensitiva (tanto externas quanto internas). Sabendo-se também que o “cogitar” humano – seu modo de pensar, de entender – envolve toda uma gama de faculdades anímicas, influenciando umas às outras... percebe-se que a visão de homem aqui envolvida, quando se fala de *experientia* é, digamos assim, uma visão totalizante: não há solução de continuidade entre uma e outra operação, trata-se de um contínuo, onde *per experientia* implica o homem total, a pessoa na sua unidade.

Porém, é preciso, ainda, compreender bem como era entendida esta categoria nos âmbitos cultural e institucional específicos com o qual se está lidando aqui: trata-se de descrever a gramática de uso do termo, o campo semântico no qual está imerso.

3) Ao analisar, por exemplo, alguns dos textos filosófico-retóricos produzidos no seio da Companhia de Jesus, nos séculos XVI e XVII, especialmente o manual do conimbricense padre Manuel de Góis sobre a obra aristotélica “Ética a Nicômaco”, tem-se uma ideia da concepção filosófica de experiência que está em jogo. Vejamos o que ele escreve na quarta *disputatio*, quando discorre acerca dos “três princípios dos actos humanos: vontade, intelecto e apetite sensitivo”. Argumentando a partir de obras de Santo Agostinho, São Damasceno, Santo Anselmo e Santo Tomás, padre Góis pergunta se a vontade move as outras potências da alma humana e responde assim:

Prova-se esta verdade quer pela experiência própria [*probatur autem eius veritas tum ipsa experientia*], visto que contemplamos, lemos, movemo-nos de um lugar e fazemos outras obrigações do género quando queremos; quer pela razão, porque é do fim que parte o princípio de moção de qualquer potência ativa, visto que todo o agente opera por causa do fim e do bem em comum que tem a razão de fim, é o objeto da vontade. Donde se conclui que a vontade move todas as outras potências para o exercício dos seus atos (GÓIS, 1593/1957, p. 147).

Os exemplos que podemos citar são inúmeros. E praticamente todas as vezes em que se fez uso da noção de *experiência* vinculada ao conhecimento, nesta obra de padre Góis, ela estava de algum modo vinculada também à categoria “vontade”. Nos dois outros momentos da obra em que a *experiência* aparece será uma vez vinculada às “paixões” e outra, às “virtudes morais”.

Do debate filosófico jesuítico, dos séculos XVI e XVII, de maneira geral, o que se conclui é que *experiência* é algo que ajuda o homem a conhecer a verdade. Seja do ponto de vista retórico (na medida em que a retórica conduz o homem pelas sendas dos sentidos internos, identificando, organizando, adaptando, armazenando e ordenando e explicitando segundo sua dignidade os elementos colhidos na realidade), seja do ponto de vista dialético (na medida em que, como dinâmica dialógica que é se volta adequadamente ao fundo mesmo da realidade), a *experiência* é sempre entendida, *grosso modo*, como um aspecto da pessoa que pode conduzi-la mais adequadamente à Verdade, ou, nos termos da casuística, ao Bem Último.

4) Se voltarmos nossa atenção para os textos normativos da espiritualidade jesuítica – os *Exercícios Espirituais*, o *Relato* e o *Diário de Moções Espirituais* de Inácio de Loyola –, veremos como se dá, para um jesuíta, o conhecimento da realidade: através do transcender à dimensão das operações discursivas e do recorrer à arte da memória e da imaginação. O jesuíta é convidado por meio desses instrumentos a, fazendo uso da memória, construir uma ponte entre o abstrato de uma afirmação e sua imagem concreta na alma. Essa imagem existe na medida em que quem faz, mais especificamente, os *Exercícios*, aprende a usar a potência da imaginação.



Inácio de Loyola

Muitos exemplos de uma “experiência sensível”, nos *Exercícios Espirituais*, podem ser dados: desde a insistência com o pedido de sentir com Cristo sua alegria ou padecimento, até os muitos exemplos de uso da aplicação dos sentidos [2], nos quais Inácio sempre insiste na necessidade de, em seguida, “refletir em si mesmo e tirar proveito” (EE. 124. LOYOLA, 1991, p. 116), passando inclusive pelos exames e verificações de emenda propostas, por exemplo, logo no início do livro.

Com respeito ao *Relato*, de Inácio, podemos dizer que se trata de um documento no qual Inácio é dado ao leitor como um “*imitável*, um modelo” (MARIN, 1999). Este texto permite “reviver a vida do fundador, repetir a vida do fundador” (p. 146), que é mais do que uma série de eventos, mas o tecido dos eventos (“tudo o que se passou em sua alma até o dia de hoje”) dirigidos pelo Senhor “desde a sua conversão” (p. 147). Ler o *Relato*, portanto, tem dignidade sacramental, na medida que pode ser descrito como uma espécie de comunhão eucarística, na medida em que o texto se torna corpo em quem lê: é a *experiência* pessoal de Inácio que é dada como paradigma de identificação e incorporação ou, nos termos próprios da gramática de uso jesuítico, simplesmente imitação. A *experiência* da Graça Divina na vida de Inácio faz dele um modelo, um imitável, um texto vivo para seus companheiros, que, no entanto, têm a liberdade de colocar em operação sua Vontade pessoal para encarnar em suas vidas (ou não) essa “experiência-modelo”.

Desse debate, pode-se concluir que *experiência* é o contraponto de uma mística do abstrato, onde a *experiência* de relação com Deus se dá apenas na parte nobre da alma humana – alma racional. Mais uma vez, vemos a afirmação da imprescindibilidade dos sentidos, da *experiência* sensível. A espiritualidade jesuítica, aqui manifesta especialmente pelo seu texto normativo, reafirma que o conhecimento dedutivo não basta para se chegar a um pleno conhecimento da realidade, ou seja, não basta para chegar a tocar o Sentido, o Bem, a Verdade, o Fim presente, como consistência última, na realidade: é preciso a *experiência* imediata, é preciso o conhecimento direto proporcionado pelos sentidos e pela consciência de si mesmo, é preciso a *experiência* das coisas percebidas, que são conhecidas na medida em que as vivemos, as tocamos, ouvimos, experimentamos... “sentir y gustar de las cosas internamente” (GARCÍA-MATEO, 1998, pp. 478-479).

5) Interessa-nos, agora, debruçar o olhar sobre os documentos da norma institucional da Companhia de Jesus: especialmente as *Constituições* e alguns dos textos *Fundadores* e *cartas* de Inácio. Inicialmente, deve-se apontar o uso comum, nos primeiros documentos da Companhia de Jesus, da expressão “nossa maneira habitual”, para designar como os primeiros jesuítas agiam em questões muito particulares. Por exemplo, no documento 1539. Em *Durante três meses, A maneira como se instituiu a Companhia*, o redator anota que a maneira habitual usada para discutir as questões da fundação era: “refletir e meditar sobre elas durante o dia e as aprofundar em nossas orações” (LOYOLA, 1991, p. 278). Bem como no *Atestado concernente à decisão de fazer voto de obediência*: “depois de ter rezado a Deus e pesado maduramente a coisa (...), decidi de pleno grado” (p. 282) etc.

A pergunta que se pode fazer a partir daí é: como uma pessoa pode chegar a assumir para si, a se colocar em primeira pessoa nessa “nossa maneira habitual”? Ou: que dinâmica permite a identificação de uma pessoa a esse *modus operandi* particular?

Lê-se nas *Determinações da Companhia* algo que responde a esta pergunta: “Aqueles que estão para ser admitidos devem, antes de serem experimentados durante o ano de provação, passar três meses em exercícios espirituais, em peregrinação e a serviço dos pobres nos hospitais, ou em

outra coisa” (LOYOLA, 1991, p. 285). Aprende-se a ser jesuíta “experimentando” o que seja ser um jesuíta. E o que é ser um jesuíta? Passar por exercícios espirituais, fazer peregrinação, trabalhar a serviço de pobres: o que é isso? É a vida de Inácio: uma experiência modelo que, aqui, deixa de ser a descrição de uma *experiência* espiritual, para se tornar a prescrição explícita de um modelo de imitação. É por isso que na *Summa* os primeiros escrevem: “que ninguém seja recebido nesta Companhia antes que seja, inicialmente, longa e cuidadosamente experimentado, e quando se tiver constatado que é prudente no Cristo e se distingue por sua doutrina ou pela santidade de sua vida” (p. 306).

No texto das *Constituições*, por sua vez, aparecem, com frequência termos diferentes para designar a categoria analisada: *experiência*, “provação” ou “prova”. De qualquer forma, sempre fica clara a identidade *experiência/provação*. O jesuíta é chamado a viver um período de provas, ao final do qual o indivíduo é definitivamente reconhecido ou não como pertencente a este corpo institucional. A *experiência* aqui pode ser definida, pois, como uma série de atividades que garante 1) a identificação do indivíduo com a instituição e 2) a reprodução/manutenção dessa mesma instituição (FABRE, 2000). Importante destacar, portanto, o papel da *experiência* assim compreendida com o processo de individualização x individualismo (usando termos hodiernos): quem obedece a essa regra integra um corpo institucional e se torna um homem que vive de uma forma que, se descrita, permite-nos conhecer o jesuíta.

6) No início desta comunicação, perguntávamos como era possível que termos tão diversos e, sobretudo, tão distantes do horizonte cognoscitivo da *experiência* pudessem ser usados, numa mesma frase, juntos: Deus, a alma, as paixões da alma, os sentimentos etc. Tendo seguido este percurso, a questão parece esclarecer-se.

Escrever que se faz a *experiência* de que Deus dá um “desejo fervoroso” que, como luz do céu, desfaz as trevas e as falsas razões da alma; ou que se experimenta que, na medida em que os desejos são considerados a partir das falsas razões, parecem vir do demônio, como o afirma Seraphin Bonaventura Coçar (cf. ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 4), é descrever o resultado de um trabalho de discernimento dos espíritos, ou seja, o trabalho do juízo a fim de bem localizar de quem partiu o desejo, quem o concedeu; é também comprovar o trabalho de elaboração pessoal acerca da *experiência* de “sentir um incendiado desejo”. De fato, em sua carta, Seraphin procura deixar claro ao Padre Geral o quão seriamente trabalhou para conhecer a origem desse desejo e, sobretudo, o quão certo está de que quem o dá é “Dios Nuestro Señor”, já que tem experimentado uma atenção maior na “observância das regras”, depois de se ter encomendado a Deus, nas orações. Vê-se que a *experiência*, neste caso, está intimamente ligada a um conhecimento de si mesmo e de Deus, bem como de virtudes morais, indissociavelmente: se o desejo é um desejo honesto, útil e agradável, é um movimento em direção ao sumo Bem; mas não basta a confirmação teórica, é preciso uma *experiência* sensível de sua honestidade, utilidade e bondade.

A *experiência* de facilidade para os “trabajos de corazon” a que se refere Gabriel Mayo (cf. ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 379) em sua *Indipeta* e a certeza de sua falta de habilidades que justifiquem o pedido não se contradizem, porque: “no nace este desseo que tengo de ver en mi algo delo que han de tener los Predicadores”, mas “nace de la sola immensa bondad de Dios, que en mi lo despierta y me tira sin ýo mereçello ni pretendello”. Porém, a comprovação maior é que, junto com o desejo de ir para o Japão para trabalhar na conversão das almas, sente também um “desseo de dar la vida por amor del Señor”. Como pode ser possível que um Bem honesto, útil e agradável dê origem a um desejo de morte? Se e somente se esse desejo é o desejo do

Amor de Deus, o desejo do Sumo Bem, da realização da vida a que foi chamado no seio da Companhia de Jesus.

Também Juan Bravo comprova, a partir da *experiência*, a origem divina do seu desejo, quando apresenta as justificativas nascidas da elaboração pessoal: o desejo corrige suas imperfeições e lhe permite viver firme nas “cosas de Instituto”. E, finalmente, diz: “No creo que rayz de donde brotan tales ramas puede ser o malas, o antojadiza” (cf. ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 329). Em outra carta sua (cf. ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 404), Juan Bravo relata o desejo de dizer à voz tudo o que o Senhor lhe fez conhecer e sentir: desejou estar “a los pies de Vuestra Paternidad para que con la lengua propia diera al Padre que my Dios me ha dado una noticia de my corazón y de lo que en el pasa”. Que coisas são essas que Deus lhe faz experimentar? Sempre são confirmações da origem divina do desejo que sente de ir ao Japão, confirmações, inclusive, que lhe dão a segurança de escrever não uma ou duas vezes, mas várias vezes, sempre para refrescar a memória do Padre Geral de seus desejos e, especialmente, do seu trabalho de discernimento e da certeza a que chegou.

Experiência: instrumento cognoscitivo? Ponte para ascender a Deus? Critério de identificação/imitação final? Sim, tudo isso, mas num *continuum* feito carne, num dinamismo particular da pessoa compreendida em sua unidade. É preciso dizer ainda: há uma unidade interna não só a essas fontes que vos apresentei, mas à própria Companhia de Jesus: é essa unidade mesma – retórico-filosófico-espiritual-institucional – que permite, na leitura dos documentos, identificar uma dinâmica, uma vitalidade, que evidenciam uma pessoa e sua *experiência* de si, de Deus e do mundo, indissociáveis. Tal compreensão de homem, enfim, nos provoca a uma pergunta: o que é o ser humano? E, quem sabe, aprenderemos com quem, de “morto” que era, se tornou uma voz encarnada na história.

Notas

1. O presente texto foi apresentado no I Congresso Internacional Pessoa e Sociedade, promovido pela Universidade Católica Portuguesa, no ano de 2005, em Braga. É derivado de tese de doutorado financiada pela CAPES. Optamos por mantê-lo com a mesma estrutura de uma comunicação oral.
2. Alguns exemplos retirados dos Exercícios Espirituais: “Verei com os olhos da imaginação” (EE. 122, p. 116). “Pelo sentido da audição escutarei” (EE. 123, p. 116). “Pelo sentido do olfato e do gosto, hei de sentir e saborear a suavidade e a doçura infinitas da divindade, da alma, de suas virtudes e de tudo o mais” (EE. 124, p. 116). “Exercitarei o sentido do tato, abraçando, por exemplo, e beijando os lugares que estas pessoas tocaram com os pés, ou se detiveram” (EE. 125, p. 116).

REFERÊNCIAS

- AQUINO, T. (1273/1947). *Suma Teológica, I Parte, Questões 75-83: Do homem considerado na sua alma*. São Paulo: Gráfica Siqueira.
- ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 4.
- ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 329.
- ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 338.
- ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 379.
- ARSI, *Indipetae Hispanae*, FG 758, carta n. 404.
- FABRE, P.-A. (2000). “‘Ils iront en pèlerinage...’: l’‘expérience’ du pèlerinage selon l’‘Examen général’ des Constitutions de la Compagnie de Jésus et selon les pratiques contemporaines (159-188)”. In: BOUTRY, Ph.; FABRE, P.-A. et JULIA, D. (2000). *Rendre ses vœux: les identités pèlerines dans l’Europe moderne (XVIe-XVIIIe siècles)*. Paris: EHESS.

<http://www.uva.br/trivium/edicoes/edicao-i-ano-iiii/artigos/a-experientia-como-fator-de-conhecimento-a-pessoa-na-psicologia-filosofica-aristotelico-tomista-da-companhia-de-jesus.pdf>

ARTIGOS

- GARCÍA-MATEO, R. (2000). *Ignacio de Loyola: su espiritualidad y su mundo cultural*. Bilbao: Instituto Ignacio de Loyola/Universidad de Deusto/Ediciones Mensajero.
- GÓIS, M. (1593/1957). *Disputas do Curso Conimbricense sobre os livros de Moral a Nicómaco de Aristóteles em que se contém alguns dos principais capítulos da moral*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- GUSMÃO, A. (1720). *Eleyçam entre o Bem e o Mal Eterno*, Lisboa: Officina da Musica.
- LOYOLA, I. (1991). *Écrits*. Paris: Desclée de Brouwer/Bellarmin.
- MARIN, L. (1996). “Le Récit, réflexion sur un testament”. In: MARIN, Louis (1999). *L'écriture de soi: Ignace de Loyola, Montaigne, Stendhal, Roland Barthes*. Paris: PUF.
- MASSIMI, M. e PRUDENTE, A.B. (2002). *Um incendiado desejo das Índias...* São Paulo: Ed. Loyola.
- PACHECO, P. R. A. (2004a). “Liberdade e indiferença: a ‘experiência-modelo’ jesuítica em cartas de jovens *indipetentes* espanhóis dos séculos XVI e XVII”. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto/SP.
- PACHECO, P. R. A. (2004b). Experiência como fator de conhecimento na psicologia-filosófica aristotélico-tomista da Companhia de Jesus (séculos XVI-XVII). *Memorandum*, n. 7, 58-87. Acesso em 02 de novembro de 2004. <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/pacheco01.htm>.